

Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro para Assunção de Dívidas

1. Introdução:

Trata o presente estudo das estimativas do impacto orçamentário e financeiro para a aquisição de bens (Área industrial).

2. Premissas Utilizadas:

Valor da global da operação pretendida	R\$ 11.794.000,00
Número de parcelas	60
Periodicidade	Mensal
Fator de atualização monetária	INPC
Sobre Taxa de juros	6 % a.a
Carência	0,00
Início dos pagamentos	Janeiro/2024

3. Impacto Sobre a Dívida Consolidada Líquida: conforme o conceito estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, a pública consolidada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

Por sua vez, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Quanto aos limites da dívida consolidada líquida, o art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, estabelece que esta não poderá exceder 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, o que, em termos percentuais, representa 120% da RCL. Desse modo, para fins de estimativa, elaborou-se os seguintes quadros comparativos:

QUADRO 1 - Projeções da Dívida Consolidada Líquida sem considerar o impacto da operação proposta

Especificação	2024	2025	2026
I - Dívida Consolidada	-1.095.958,26	-1.030.200,76	-968.388,72
II - Deduções da Dívida Consolidada	40.108.317,92	37.701.818,84	35.439.709,71
a) Disponibilidade de Caixa	40.418.267,35	37.993.171,31	35.713.581,03
b) (-) Restos a Pagar Processados	427.910,57	402.235,94	378.101,78
c) (-) Depósitos Rest. e valores vincu.	718.909,25	675.774,70	635.228,21
d) Demais haveres financeiros	836.870,39	786.658,17	739.458,68
III - Dívida Consolidada Líquida (I-II)	-41.204.276,18	-38.732.019,61	-36.408.098,43

IV - Receita Corrente Líquida Estimada	115.319.177,02	109.512.271,29	111.290.088,75
V - % da DCI sobre a RCI III/IV x 100)	-35,73	-35,37	-32,71

**QUADRO 2 - Projeções da Dívida Consolidada Líquida
considerando o impacto da operação proposta**

Especificação	2024	2025	2026
I - Dívida Consolidada	11.794.000,00	6.548.540,01	4.281.051,63
II - Deduções da Dívida Consolidada	40.108.317,92	37.701.818,84	35.439.709,71
a) Disponibilidade de Caixa	40.418.267,35	37.993.171,31	35.713.581,03
b) (-) Restos a Pagar Processados	427.910,57	402.235,94	378.101,78
c) (-) Depósitos Rest. e valores vincu	718.909,25	675.774,70	635.228,21
d) Demais haveres financeiros	836.870,39	786.658,17	739.458,68
III - Dívida Consolidada Líquida (I-II)	- 28.314.317,92	-31.153.278,83	-31.158.658,08
IV - Receita Corrente Líquida Estimada	115.319.177,02	109.512.271,29	111.290.088,75
V - % da DCI sobre a RCI (III/IV x 100)	-24,55	-28,44	-27,99

4. Impacto sobre as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida:

O inciso II do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 estabelece que o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida. Desse modo, objetivando verificar se, no ano em que se iniciarão os pagamentos (2024) e nos dois seguintes (2025 e 2026) o referido limite será observado, foram elaborados os seguintes quadros comparativos:

**QUADRO 3 - Despesas com Amortizações, Juros e Demais Encargos da Dívida
sem considerar a operação proposta**

Especificação	2024	2025	2026
I - Amortizações	0,00	0,00	0,00
II - Juros	0,00	0,00	0,00
III - Total das despesas (I + II)	0,00	0,00	0,00
IV - Receita Corrente Líquida Prevista	115.319.177,02	109.512.271,29	111.290.088,75
V - % das despesas com Amortizações e juros em relação à RCL (III/IV x 100)	0,00	0,00	0,00



**QUADRO 4 - Despesas com Amortizações, Juros e Demais Encargos da Dívida
considerando a operação proposta**

Especificação	2024	2025	2026
I - Amortizações	4.594.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00
II – Juros	937.134,16	651.459,80	467.488,47
III- Total das despesas (I + II)	5.531.134,16	2.451.459,80	2.267.488,47
IV - Receita Corrente Líquida Prevista	115.319.177,02	109.512.271,29	111.290.088,75
V - % das despesas com Amortizações e juros em relação à RCL (III/IV x 100)	4,79%	2,23%	2,03%

5. Compatibilidade com o PPA, LDO e Lei Orçamentária Anual:

No tocante à compatibilidade com o PPA e a LDO, segundo que dispõe o art. 16, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) considera-se compatível a despesa quando a mesma se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

Assim, cabe ponderar que, em relação ao PPA não há que se falar em compatibilidade ou incompatibilidade, posto que, nos termos do art. 2º, alínea “d” do parágrafo único do art. 4º da Portaria MOG nº 42/99, as despesas com encargos da dívida se enquadram como operações especiais classificáveis na função encargos especiais, não sendo considerados programas de governo. Quanto à LDO, Lei Municipal nº 5.804, seu artigo 51, prevê:

Art. 51. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 52. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal

Portanto, a LDO determina expressamente a inclusão na LOA dos recursos necessários ao pagamento da dívida, de modo que, em relação a adequação orçamentária, o art. 16, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) entende que estará adequada a despesa quando a despesa houver dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício. Assim, considerando os valores consolidados previstos no orçamento, aqui entendidos como os créditos genéricos a que refere a LRF, tem-se as seguintes posições:

Conclusões:

a) A incorporação da dívida objeto do parcelamento elevará o comprometimento da Receita Corrente Líquida com a Dívida Consolidada Líquida a qual apresenta -24,55% em 2024, -28,44% em 2025 e -27,99% em 2026, estando dentro do limite estabelecido no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que é de 120% da Receita Corrente Líquida.





Município de Três Passos/RS
PODER EXECUTIVO

b) As despesas com amortização, juros e demais encargos sobre a dívida, sofrerão um acréscimo estimado de R\$ 5.531.134,16 em 2024, R\$ 2.451.459,80 em 2025 e R\$ 2.267.488,47 em 2026, elevando o percentual de comprometimento dessas despesas para 4,79%, 2,23% e 2,03% da Receita Corrente Líquida, demonstrando-se, assim, a observância do limite previsto no inciso II do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, que é de 11,50%.

c) Diante das informações e cálculos apresentados conclui-se que é viável a operação de crédito e que a Prefeitura Municipal de Três Passos apresenta condições financeiras para o pagamento das parcelas propostas.

Três Passos - RS, 16 de Novembro de 2023.

Maurílio Wezzosi Finamor
Secretário de Finanças
Contador – CRC - 61564